

MEMÓRIA DA REUNIÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL DE RH DO CES

DATA: 29/04/2010

PRESENTES: Soraia Redá Gilber (SINDSAUDE), Marina Hirami Assanuma (CRMV), José de Albuquerque Arruda (PM Arapoti), Maria Leonor Paulini (SESA), Gerson Luiz Ferreira Filho (RH/SESA), Amélia Cabral (Pastoral da Criança), João de Tarso Costa (ABEOP), Marcelo Rodrigues Zanini (CRO/ABO/PM Arapoti), Mari Elaine Rodella (SINDSAUDE) e como observadores também do SINDSAUDE os seguintes servidores da 1ª RS Maria do Carmo Gênero, Antonio do Rosário e Tereza M. Nunes.

Inicialmente foi comentado sobre a eleição do novo coordenador desta gestão do CES na comissão Intersetorial de RH e também do relator. Foi decidido que a conselheira Soraia do Sindaúde continuará na coordenação desta comissão e a representante da SESA Maria Leonor ficará com a relatoria. Porém para essa reunião de hoje Maria Leonor pediu para a Soraia fazer a relatoria por motivo de sua agenda que está muito cheia nesta data.

Foi lido a memória da última reunião e entregue corrigida uma vez que ainda não estava na pasta do RH.

Nesta reunião foi discutido o problema enfrentado pelos servidores lotados no Hospital de Jaguariaiva cujo hospital do Estado foi municipalizado e o gestor municipal deixou a Unidade Hospitalar ficar sucateada. Não existem banheiros adequados, sem iluminação suficiente. Não tem banheiros nas enfermarias, poucas pias para lavagem de mãos, mas o pior é na lavanderia cujas caldeiras estão sem manutenção e são seguras por elásticos. Uma não funciona mais e a outra está a ponto de explodir. Até cães entram no hospital que está abandonado e os servidores sem condições humanas de trabalho. Há risco grave de explosão por causa da caldeira em estado precário, além do agravante de estar muito próxima do berçário e das puerpérias. O gestor municipal não coloca servidores e os que existem na unidade são do Estado, funcionários antigos quase em momento de se aposentarem. Também relatam que os funcionários não tem água para beber durante o período de trabalho.

Diante desse fato grave e sabendo que a SESA repassa dinheiro mensal para a manutenção do Hospital, Mari Elaine pede a visita do CES a essa unidade hospitalar e foi sugerido como data a 3ª semana de maio e o Gerson representante da SESA concordou com esse encaminhamento.

Oswaldo de Tarso da ABEOP traz a denúncia que as Unidades Básicas de Saúde de Paranaíba estão sendo construídas de maneira muito precária, pequenas, de tal forma que não comportam o número de funcionários e sem banheiros. Isto se torna um risco para usuários e funcionários. Foi questionado a questão da Vigilância Sanitária para averiguar a forma como estão sendo construídas estas unidades, e o conselheiro relata que muitas vezes esses órgãos na instância municipal são coniventes com o gestor e aprovam para agradar ao gestor, mas que isso ocorre em outros municípios do interior o que foi acatado pela maioria dos presentes que vieram do interior. Marina lembra que existe a ingerência política em negócios da Vigilância Sanitária o que dificulta o trabalho desses profissionais.

Mari Elaine propõe levar ao conhecimento do CES e propor uma resolução para ser encaminhada ao COSEMS, remeter também à Bipartite estadual para que sejam tomadas as devidas providências. O conselheiro Oswaldo pediu também que seja remetido ao Congresso Nacional e ao Ministério da Saúde que também enviam verbas para os municípios.

Foi analisado também o relatório de gestão do SUS do ano de 2009 no eixo que corresponde especificamente esta comissão e foram feitas as seguintes considerações:

- 1) Na questão da implantação da mesa permanente de negociação do SUS essa meta foi atingida em parte uma vez que tivemos um seminário de sensibilização em novembro de 2009, porém nem todos os atores vieram participar como é o caso da SEFA, e está em andamento uma segunda reunião que depende da agenda do SGTES do MS.
- 2) Na implantação do PCCS/SUS a meta não foi atingida porque no plano estadual do governo dizia que esta meta estaria sendo realizada até maio de 2009. Quanto a esse aspecto o SINDSAUDE conseguiu duas reuniões com o Secretário de Saúde e não houve encaminhamento para conclusão desta ação.
- 3) Concurso público foi atingido em 2009, estamos esperando a substituição dos funcionários contratados por testes seletivos por efetivo permanente deste concurso.
- 4) Quanto à jornada de trabalho, a SESA alega que não existem parâmetros para avaliar esta meta, porém a Soraia lembra que no próprio plano do governo diz que os parâmetros seriam as profissões que possuem jornada de trabalho regulamentadas por lei federal e os locais onde funcionários trabalham com situações de insalubridade e riscos à integridade física e mental. Consideramos que essa meta não foi atingida por conta do decreto governamental 4345/2005 que passou por cima de leis federais e não tem essa força.
- 5) Quanto à questão de formação profissional o relatório cita os cursos ofertados ao longo de 2009 e o número de pessoas com formação, porém os servidores presentes na reunião criticam que os cursos muitas vezes não são ofertados a servidores do quadro da saúde como é o caso de cuidadores de idosos. Muitas vezes no interior o servidor não fica sabendo dos cursos ofertados e/ou as chefias não permitem o afastamento do servidor para participar dos mesmos.

Também houve o questionamento por parte do conselheiro João de Tarso se esse curso não deveria ser ofertado pela secretaria de Desenvolvimento da Pessoa Humana e não na SESA. A conselheira Amélia contra-argumentou que também se trata de SUS uma vez que o cuidado ao idoso reduz tempo de internação com o mesmo.

Sem mais nada a tratar encerrou-se essa reunião